

### O XADREZ COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO

Débora Suzane de Araújo Faria (1) Pedagoga - IFRN – debora.faria@ifrn.edu.br  
João Batista Lucena (2) – Tecnólogo – IFRN - joao.batista.lucena@gmail.com

#### Resumo

Contemporaneamente, a política educacional brasileira estabelece que a educação inclusiva é a mais adequada estrutura de educação que objetiva acolher a diversidade dos estudantes e superar as desigualdades sociais e econômicas que se reproduzem na escola. Infelizmente, a prática social educativa no Brasil, por fatores vários, ainda não consegue se mostrar como uma prática verdadeiramente inclusiva. Quanto à inclusão, ela é incompatível com a mera integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. O Núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas – NAPNE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – *Campus Caicó*, se aproximou de escolas da educação básica, objetivando integrar ações que visem à consolidação da prática da educação inclusiva para alunos com deficiência. Este projeto de extensão teve o objetivo de conhecer o aluno com deficiência que estuda nas instituições públicas de ensino do Seridó. Os membros do projeto visitaram 08 (oito) escolas da região Seridó que ofertam educação fundamental.

**Palavras-chave:** NAPNE; inclusão; deficiência.

#### Introdução

Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular, mas o devem fazer com qualidade. (MANTOAN, 2013). A Educação Especial só alcançará seus objetivos se puder ser uma modalidade imbuída do sentimento de inclusão. Enquanto houver crianças com necessidades educacionais especiais sem acesso à escola regular ou com acesso, mas sem permanência de qualidade, não se poderá dizer que a Escola é verdadeiramente inclusiva.

A Lei nº 13.409/2016 que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino, no art. 3º anuncia que:

em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por [...] pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de [...] pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2016).

Baseado no texto de Lei, os Institutos Federais terão que ofertar vagas em seus cursos para pessoas com deficiência, sendo tal legislação colocada em vigor a partir do ano 2018. Assim, o *Campus Caicó* passou a ofertar vagas para pessoas com deficiência em todos os cursos técnicos de nível médio integrado, subsequente, cursos superiores de Licenciatura e Tecnologias. Os Institutos Federais foram contemplados com o NAPNE (2018), fundamentando-se na cultura da aceitação da diversidade e, especificamente, buscando quebrar as barreiras de arquitetura, educacionais, de comunicação e atitudinais.

O interesse por esse estudo surgiu pelo próprio exercício de coordenadora do Núcleo de apoio à pessoa com necessidades educacionais específicas – NAPNE, particularmente desde o período em que o núcleo foi criado no IFRN – *Campus Caicó*. Além disso, surgiu pelo fato de que enquanto pedagoga do IFRN se tem angústias acerca da compreensão de como interagir no exercício da docência para alunos com deficiência.

A implantação do NAPNE, “à priori”, deu as condições para que cursos específicos na área de Educação Especial fossem ofertados no *Campus Caicó* com o intuito de capacitar docentes e técnicos. Contudo, ainda há muito o que se fazer em termos de formação docente e se tem muito a conhecer sobre o perfil da pessoa com deficiência, as redes de atendimento e as possibilidades que o IFRN pode dar para a sua inclusão social no Seridó do Rio Grande do Norte - RN. Nesse aspecto, o NAPNE busca promover condições de acessibilidade e aprendizagem para os estudantes com deficiência que estão matriculados em 2018 e para novos estudantes ingressarem como alunos.

Baseado nessa premissa, essa pesquisa teve o objetivo geral de conhecer o aluno com deficiência que estuda nas instituições públicas de ensino fundamental do Seridó, com vistas a incluí-lo na educação profissional. Nesse aspecto, se elencaram como objetivos específicos: Realizar visitas às instituições escolares de ensino fundamental do Seridó; conhecer o aluno com deficiência, suas limitações, competências e habilidades e possíveis laudos e/ou avaliações diagnósticas; construir um banco de dados para subsidiar ações de integração entre o IFRN e as escolas públicas do Seridó; elaborar palestras sobre os cursos técnicos integrados que o IFRN oferta, apresentando o NAPNE e firmando parcerias com a APAE e as escolas públicas do Seridó.

O projeto se realizou por meio de visitas a 8 (oito) escolas elencadas na região do Seridó que ofertam educação fundamental. Nesse primeiro momento gestores, coordenação pedagógica e professores das salas de Recursos Multifuncionais preencheram um questionário com o objetivo de coletar informações a respeito da identificação do aluno, condições de acessibilidade do ambiente educacional, como

também acesso a laudos e/ou avaliações diagnósticas acerca da deficiência. De posse das informações coletadas e, após compilação foi organizado um banco de dados, com vistas a subsidiar ações de integração entre o Instituto Federal e as unidades de ensino Estaduais. A primeira ação do projeto foi planejar aulas de xadrez para serem ministradas na escola que apresenta o maior percentual de estudantes com deficiência.

### Discussão Teórica

A concepção de inclusão que se propõe adotar no IFRN *Campus* Caicó parte de ações pedagógicas que se pautam nos princípios do respeito à diferença; a igualdade de oportunidades e a acessibilidade total (PPP, 2012). A política educacional brasileira estabelece que a educação inclusiva é a mais adequada estrutura de educação que objetiva acolher a diversidade dos estudantes e superar as desigualdades sociais e econômicas que se reproduzem na escola. Assim, os estudantes com necessidades educacionais especiais - NEEs se incluirão nesse processo educativo. Contudo, o principal desafio para incluir esses estudantes em uma instituição verdadeiramente inclusiva parte, inicialmente, da transformação de sua cultura, das concepções dos gestores, do corpo docente e discente sobre o que seja educação especial. O quadro abaixo apresenta a compilação dos dados acerca dos estudantes com deficiência que estudam em escolas do Ensino Fundamental na região do Seridó. Para manter o sigilo e a ética, as escolas foram nominadas por letras do alfabeto.

Quadro 1: Dados sobre a pessoa com deficiência

Escola Estadual	Tipo de Deficiência	Quantitativo
A	Altas habilidades/ superdotação	2
	Autismo infantil	1
	Deficiência auditiva	1
	Deficiência intelectual	19
	Outros	5
	Paralisia cerebral	9
	Surdez	3
	Visão subnormal/ baixa visão	2
	Total	42
B	Deficiência múltipla	1
	Deficiência intelectual	2
	Outros	7
	Total	10
	Autismo infantil	1

C	Deficiência múltipla	1
	Deficiência física	2
	Deficiência intelectual	10
	Paralisia cerebral	1
	Total	15

D	Deficiência intelectual	4
	Total	4

E	Deficiência intelectual	2
	Total	2

F	Altas habilidades/ superdotação	1
	Deficiência auditiva	2
	Deficiência intelectual	13
	Outros	7
	Paralisia cerebral	1
	Total	24

G	Deficiência auditiva	4
	Deficiência intelectual	2
	Síndrome de asperger	1
	Total	7

H	Autismo infantil	5
	Deficiência física	1
	Deficiência intelectual	11
	Outros	20
	Paralisia cerebral	2
	Visão subnormal/ baixa visão	1
	Total	40

Fonte: Arquivo do NAPNE, 2018.

De posse dos dados coletados, se escolheu a Escola A para fazer uma ação de atendimento educacional ao aluno com deficiência, por meio de aulas de xadrez. No que se relaciona ao xadrez, existem várias histórias sobre o seu surgimento, sendo que algumas vertentes dizem que surgiu no Egito antigo ou na China Dinástica, mas a mais aceita seria que ele surgiu na Índia no século VI, chamado de Chaturanga. Com o tempo, o xadrez se dissipou pela Pérsia com o nome de Xatranje e provavelmente novas regras, acabou por se difundir pela Europa.

O xadrez é jogado com um tabuleiro com 64 casas alternadas entre brancas e pretas, sendo que cada peça tem seus movimentos e importância. As peças do xadrez são: 8 peões que se movimentam para frente de uma casa por vez, mas, podendo avançar duas casas de uma vez, seu lance de captura é realizado na diagonal; 2 Cavalos que se



movimentam em forma de L (3x1), podendo pular por cima das outras peças; 2 Bispos que se movimentam na diagonal. Bispo de casa preta e bispo de casa branca; 2 Torres que se movimentam na horizontal e vertical podendo andar quantas casas quiser; 1 Rei que se movimenta para todos os lados, mas, podendo avançar só 1 casa por vez; 1 Rainha que se movimenta para todos os lados e quantas casas quiser.

O objetivo principal do jogo é o Xeque-Mate, ou seja, encurralar o rei do inimigo, deixar o rei sem saída ou sem ter como se defender com suas peças. A ação na Escola A terá o objetivo de analisar a influência do jogo de xadrez no processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência.

Inicialmente, foi feita visita à escola A para saber em quais séries os alunos com deficiência estudam, usando como critério de escolha os que estão com notas baixas (menor rendimento escolar) nas disciplinas. Assim, serão elencados os 10 (dez) alunos com menores notas. Depois de feita a seleção, as ações do projeto serão realizadas por meio de aulas de xadrez.

Depois, iremos analisar e estudar os tipos de deficiências de cada aluno e a forma mais adequada para que possam abstrair as informações.

O aluno bolsista e o voluntário do projeto irão motivá-los a jogar xadrez, ministrando as aulas de xadrez básico (nomenclatura das peças, movimentos básicos e disposição das peças). Posteriormente, iremos ensinar a desenvolver as peças por meio de jogadas de ataque e defesa, usando métodos criativos e treinamento com foco nas especificidades de cada deficiência.

### Resultados Alcançados

A concepção da inclusão pretende abolir a segregação, tendo em vista que fundamentado nessa concepção, os estudantes passariam a se desenvolver conjuntamente em um ambiente rico e variado (MANTOAN, 2003). Para alguns educadores a proposta da inclusão é compreendida como simplesmente inserir os alunos nas classes regulares, sem levar em consideração o aspecto de que, mesmo incluído em uma classe regular e integrado aos alunos ditos normais, não significa que este aluno está se apropriando da construção do conhecimento.

Corroborando com esse aspecto citado anteriormente, precisamos analisar o fato de que a necessidade da educação inclusiva acontece devido à sociedade não conseguir incluir todos os sujeitos no tecido social de forma homogênea. Assim, esse não atendimento uniforme, faz com que ocorra a inversão social, em que o Estado pratica o

modelo social da deficiência, pois não consegue incluir todas as pessoas e, nesse aspecto, obriga os sujeitos a se adequar a essa sociedade.

Então, ao praticar a inclusão do aluno na escola sem que esteja realmente se apropriando do conhecimento, como também o Estado não atender às necessidades educacionais da sua clientela, ocorre a dupla exclusão do sistema educativo, tendo em vista que não acontece a inclusão educacional quando deveria, e, ao tentar criar mecanismos para incluir o educando, acaba-se, de vez, por excluí-lo.

Posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069/90, vem determinar, em seu artigo nº 55, que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino, o que virá colidir com a responsabilidade coparticipava entre Estado e sociedade civil, pois o Estado ofertará as vagas e os pais terão a obrigação de buscar essas matrículas.

Portanto, nas últimas décadas, as pessoas com deficiência e os militantes dos direitos humanos em todo o mundo, organizaram movimentos sociais que marcaram a conquista e o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à participação social.

O que deu forma a essas conquistas foi o reconhecimento, a partir dos instrumentos normativos internacionais, da reformulação de marcos legais de todos os países, entre os quais do Brasil. Este, ao tornar-se signatário da Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, assumia o compromisso oficial, perante o público, de, junto à comunidade internacional, mobilizar a promoção de educação para todos, a partir da promoção de políticas necessárias para o desenvolvimento da abordagem da educação inclusiva, capacitando as escolas para o atendimento de todas as crianças, sobretudo, as que possuem necessidades educativas especiais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros e não o contrário (SASSAKI, 2005).

Então, ao praticar a inserção do aluno na escola sem que esteja realmente se apropriando do conhecimento, como também o Estado não atender às necessidades educacionais da sua clientela, ocorre a dupla exclusão do sistema educativo, tendo em vista que não acontece a inclusão educacional quando deveria, e, ao tentar criar mecanismos para incluir o educando, acaba-se, de vez, por excluí-lo.

Com o objetivo de incluir o aluno deficiente na Educação Profissional, o IFRN institui a Portaria nº 1533/2013, criando os Núcleos de apoio às pessoas com necessidades

educacionais específicas - NAPNEs. Nesse sentido, o NAPNE se caracteriza enquanto um “setor deliberativo que responde pelas ações do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - TEC NEP dentro da instituição” (NAPNE, 2018).

Essa concepção assumida no NAPNE vai além do direito a uma educação de qualidade para todos e da ideia de que todos tenham os mesmos direitos e deveres, pois se embasa na concepção da equidade, que parte do princípio de educar conforme as diferenças e as necessidades individuais, não considerando que as condições demográficas, étnicas, geográficas, econômicas ou de gênero representem impedimentos para que se desenvolva a aprendizagem dos estudantes. Para tanto, espera-se possibilitar aos alunos com necessidades educacionais específicas o ingresso enquanto estudantes em nossa Instituição de Ensino.

Com o objetivo de incluir o aluno com deficiência na Educação Profissional, o IFRN institui a Portaria nº 1533/2013, criando os Núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas - NAPNEs. Nesse sentido, o NAPNE se caracteriza enquanto um “setor deliberativo que responde pelas ações do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - TEC NEP dentro da instituição” (IFRN, 2015). Conforme o Regimento Interno, Capítulo I, art. 4º dentre os objetivos do NAPNE está:

- I. Difundir a prática educativa democrática e a inclusão social como diretriz do IFRN;
- II. Promover as condições necessárias para o ingresso e permanência de alunos com necessidades educacionais específicas;
- III. Promover e participar de estudos, discussões e eventos sobre a inclusão social;
- IV. Integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade do IFRN por meio de ações de sensibilização que favoreçam a corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão social na Instituição;
- [...]
- X. Promover e estimular o desenvolvimento de atividades formativas para a comunidade educativa do IFRN;
- XI. Articular as atividades desenvolvidas com as ações de outras Instituições voltadas ao trabalho com pessoas com necessidades educacionais específicas (BRASIL, 2016).

Essas propostas que subsidiam os objetivos do NAPNE estão fundamentadas no Projeto Político Pedagógico do IFRN – Um documento em construção, que apresenta um entendimento plural a respeito do sujeito com necessidades especiais.

### Considerações finais

Espera-se possibilitar aos alunos o ingresso enquanto estudantes em nossa Instituição de Ensino. Corroborando com esse aspecto, a concepção de inclusão que se propõe adotar no IFRN deverá partir de ações pedagógicas que se pautem nos princípios do respeito à diferença; a igualdade de oportunidades e a acessibilidade total (IFRN, 2012).

Os resultados do projeto serão divulgados em eventos científicos locais e regionais, tais como Expotec - Exposição Técnico-Científica e Cultural (Evento Local - Campus Caicó), Secitex - Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão (Evento Estadual), bem como, por meio de reunião da coordenação de extensão para apresentação dos projetos à comunidade acadêmica e externa.

### Referências

- BRASIL. *Lei* *nº* 13.409/2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>. Acesso em 23 de setembro de 2018.
- BRASIL. *Decreto* *nº* 6.571/2008. Disponível em: <http://www.andi.org.br/file/51322/download?token=iPduFKyi>. Acesso em 23 de setembro de 2018.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO IFRN. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ensino/arquivos/projeto-politico-pedagogico-ppp-2012/view>. Acesso em 23 de setembro de 2018.
- MANTOAN, M. T. E. *Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: o paradigma do século 21*. Inclusão - Revista da Educação Especial. Nº 1, vol. 1. Brasília, Out/2005.
- NAPNE. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/nucleo-de-inclusao>. Acesso em 20 de março de 2018.